



## **POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: as etapas do processo de intervenções urbanísticas**

João Ricardo Costa Silva<sup>1</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

O tombamento arquitetônico e paisagístico do conjunto urbano do Centro Histórico de São Luís em 1974 pelo IPHAN (Processo nº 454-T-57; inscrição nº 64 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), veio a consolidar a política de tombamentos desenvolvidos pelo órgão desde a década de 1940 na cidade.

Em que pese o uso do instituto do tombamento<sup>2</sup> como forma para a preservação do patrimônio material, os imóveis inseridos no perímetro tombado continuavam sem a devida atenção por parte do poder público, em especial em âmbito local.

---

<sup>1</sup> Mestre. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: joaoricardocs@hotmail.com

<sup>2</sup> “O instituto do tombamento - dispositivo por meio do qual, no decreto-lei nº 25, de 30.11.1937, se efetiva a proteção de bens culturais pelo Estado do Brasil – incide sobre o sistema de valores dos



Somente nos primórdios da década de 1980 vão ser desenvolvidas políticas públicas para a revitalização do espaço urbano tombado pelo patrimônio nacional. O presente artigo pretende discorrer sobre como foi gestada atuação do poder público na tentativa de desenvolver ações para a integração do centro histórico com um espaço urbano vivo da cidade.

## 2. O INÍCIO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

A necessidade de intervenções urbanísticas para a revitalização do perímetro do tombamento federal encontrou um primeiro obstáculo: a grande dimensão do conjunto urbano tombado frente aos limitados recursos financeiros para os projetos do poder público na alvorada da década de 1980.

Sem a possibilidade de se fazer de forma imediata uma abrangente intervenção em todo o conjunto arquitetônico, foi delimitada como foco, das ações iniciais pontos da Praia Grande. Essa escolha não foi feita de forma aleatória, pois a Praia Grande concentra grandes imóveis, muitos dos quais com suas fachadas revestidas em azulejos.

A Praia Grande representa um dos mais expressivos conjuntos existentes da arquitetura colonial brasileira. Enquanto outras cidades - Salvador, Olinda e as cidades históricas mineiras – possuem conjuntos importantes, somente São Luís, entre as grandes cidades brasileiras, contém um área tão extensa, e ainda intacta. Não se pode presumir, porém, que esta falta de contaminação, resultado da morosidade do desenvolvimento econômico do Estado, continuará indefinidamente. A preservação deste patrimônio excepcional, deverá ser tratado com a urgência já proposta no Plano Diretor de São Luís, como também pela UNESCO, no relatório elaborado pelo arquiteto Vianna de Lima (GISISGER, 1978, p. 5).

A afirmação feita pelo engenheiro norte-americano John Gisiger<sup>3</sup> no final da década de 1970 sobre a premência de se preservar a Praia Grande por seu expressivo acervo de imóveis dos séculos XVIII e XIX, começou a se efetivar quando o Governo de João Castelo colocou entre suas metas de governo a preservação do Centro Histórico de São Luis (SILVA, 1997).

---

vens por ele atingidos e sobre o estatuto da propriedade desses bens de forma peculiar, específica” (FONSECA, 2005, p. 38).

<sup>3</sup> John Ulric Gisiger. Arquiteto formado pela Cornell University, dos Estados Unidos, tendo trabalhado em importantes empresas internacionais e brasileiras. Ao lado do engenheiro Luiz Phelipe Andrès e do arquiteto Ronald de Almeida Silva, John Gisiger foi um dos diretores do grupo de Trabalho criado em 1979 para desenvolver projetos para a preservação do centro histórico.



Em outubro de 1979, o Governo do Estado do Maranhão através da SEPLAN-MA, promoveu em São Luís o I Encontro Nacional da Praia Grande, conforme o parecer de Aluísio de Magalhães, na ocasião presidente do IPHAN. O evento contou com o apoio do IPHAN/MINC, tendo como papel norteador, discutir e avaliar a proposta de revitalização do Centro Histórico, que havia sido elaborada por John Gisiger, entre 1977-1979.

A convenção contou com a participação de Aluísio de Magalhães, designer reconhecido, que trouxe para São Luís os maiores especialistas no assunto. As experiências da Bahia, Pernambuco e Minas, muito contribuíram também para enriquecer a primeira proposta de preservação e revitalização de São Luís. A partir deste criou-se um grupo de trabalho e uma comissão para desenvolver e implementar o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (SOUZA, 2002, p. 59).

O resultado do referido Encontro foram duas recomendações para que o Governo do Estado pudesse formular políticas públicas específicas para a preservação do patrimônio tombado. A primeira orientação foi à criação de um grupo de trabalho e uma comissão para desenvolver e implantar o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico – PPRCH. A orientação materializou-se com a criação oficial pelo “Decreto Estadual nº 7.435 de 16 de novembro de 1979, no âmbito da SEPLAN-MA” (SILVA, 1997, p. 28).

Se as origens do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico – PPRCH remontam ao referido decreto estadual, o lançamento oficial do Projeto somente ocorreu em agosto de 1981, quando a equipe de técnicos vinculados ao governo estadual apresentou um amplo projeto que veio a se materializar com o PPRCH, no intuito de se conseguir a revitalização e preservação da área tombada. A referida equipe técnica tinha como objetivo:

Sistematizar e elaborar pesquisas, estudos, projetos, promover a divulgação dos trabalhos e a articulação junto à comunidade, aos diversos níveis do governo e segmentos organizados, preparar e acompanhar propostas de financiamento e captação de recursos financeiros e supervisionar a execução de obras para a revitalização e preservação do Centro Histórico de São Luís (ANDRÉS, 1998, p. 56).

Para possibilitar a viabilidade das recomendações do I Encontro Nacional da Praia Grande, o Governo Estadual através do Decreto nº 7.345, “constituiu a referida Comissão e o Grupo” (SILVA, 1997, p. 40).

As intervenções urbanísticas desenvolvidas no PPRCH, também conhecido como Projeto Praia Grande<sup>4</sup> passaram por dois momentos distintos no decorrer do referido projeto.

<sup>4</sup> As diversas intervenções feitas no Centro Histórico podem ser divididas em cinco etapas. A primeira de 1980 a 1982, a segunda de 1983 a 1987. Essas duas fases iniciais vão da constituição do Projeto até o período em que houve praticamente uma paralisação das obras. De 1987 a 1990, há a terceira etapa, sendo que neste momento os projetos de intervenções urbanísticas são retomados com o epíteto de Projeto Reviver. No período de 1990 a



Em uma etapa inicial que vai de 1979 até 1982, ocorreram os debates que propiciaram o surgimento do PPRCH, a montagem da equipe técnica e o início das intervenções urbanísticas no sítio histórico (ANDRÉS, 1998). O decorrer dessas ações coincide cronologicamente com o transcurso do governo João Castelo.

Conforme já mencionado anteriormente, as primeiras obras desenvolvidas se concentraram na Praia Grande por ser considerada:

[...] um local de grande riqueza histórica, digna de atenção e aprofundamento, e para o qual se estabeleceu o Subprograma de Obras da Praça do Comercio, cuja primeira etapa foi implantada no período de 1981 e 1982, com a realização das obras da Faria da Praia Grande, Albergue, Beco da Prensa, Praça da Praia Grande e obras de urbanização em geral, representando investimentos da ordem de 2,5 milhões (ANDRÉS, 1998, p.85).

Essas obras representavam o trabalho desenvolvido pela orientação da Comissão de Coordenação do PPRCH em conjunto com o Grupo de Trabalho que foi o responsável pela criação dos projetos de intervenções urbanísticas.

Entretanto, durante a segunda etapa dos trabalhos de revitalização do Centro Histórico, que transcorrem durante o mandato do governador Luís Alves Coelho Rocha (1983 – 1987), há uma diminuição forte do ritmo das obras de revitalização que vinham sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado. O motivo alegado era a falta de recursos financeiros. “Nesse período, por ausência de recursos, foram interrompidas as obras” (ANDRÉS, p.86).

Contudo, o Grupo de Trabalho, adequando-se a propalada falta de verbas em valores adequados para a seqüência do trabalho urbanístico que vinha sendo efetivado no período anterior, concentrou os esforços para atividades de pesquisa.

Realização de uma pesquisa socioeconômica da população residente no Centro Histórico; Projeto de Microfilmagem e Transcrição Paleográfica dos Livros da Câmara de São Luís dos séculos XVII, XVIII e XIX, em convênio com o CNPQ, sendo descobertos de 166 volumes dos Livros da Câmara de São Luís (arquivos do Conselho Municipal) de 1646 a 1900, antes considerados perdidos; Projeto Embarcações do Maranhão, através do convênio FINEP/SEPLAN-MA, no intuito de recuperar técnicas de construção navais artesanais do Estado; Projeto Sítio do Físico, também através do convênio FINEP/SEPLAN-MA, visando garantir salvaguarda do conjunto de ruínas de arqueologia histórica. (ANDRÉS, 1998).

Em que pese às dificuldades oriundas devido à escassez de recursos, no decorrer desta segunda etapa houve uma ação governamental relevante dentro do processo das práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público estadual no Centro Histórico.

---

1994, há uma quarta etapa e por fim a partir de 1995 uma quinta etapa. (ANDRÉS, 1998). O ápice dessa última etapa ocorre com a inscrição do Centro Histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Posteriormente a essa quinta etapa, foram iniciados outros programas e projetos que podem ser caracterizadas como um período pós-inscrição no Patrimônio Mundial.





O Governo do Estado do Maranhão, através do decreto estadual de nº. 10.089, promulgado em seis de março de 1986, fez o tombamento de uma área com aproximadamente 160 hectares, que além de englobar o mesmo espaço já tombado pela União em 1974, acrescentava zonas que não eram tombadas a nível federal<sup>5</sup>. Andrés destaca a criação da zona de tombamento estadual.

Coroando as medidas de caráter político e institucional, o Governo do Estado, na gestão de Luiz Rocha e por recomendação do Conselho Estadual de Cultura, criou, através do Decreto nº 10.089, (06/03/86), a Zona Tombada Estadual, estabelecendo medidas de proteção para uma área urbana de cerca de 160ha, englobando cerca de 2.500 imóveis, zona esta de entorno e lindeira à zona tombada federal, assegurando-se assim maiores condições de intervenção ordenada e proteção aos bens culturais inseridos tanto no perímetro estadual, quanto no perímetro de tombamento federal (1998, p.65).

O perímetro do tombamento estadual com seus 160 hectares englobava na totalidade a área de proteção federal definida em 1974 e praticamente toda a região do centro da cidade de São Luís. A quantidade de imóveis tombados neste tombamento eleva-se a mais de quatro mil imóveis.

São 978 imóveis inseridos na área de proteção federal, de 60 hectares, e 4.629 imóveis na área de proteção estadual, de 160 hectares. Toda área é classificada como Zona de Proteção Histórica – ZPH pela atual Legislação Urbanística Municipal e, legalmente, o tombamento estadual engloba e também protege a área federal de preservação (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 89).

### 3. O SURGIMENTO DO PROJETO REVIVER

A terceira etapa das obras urbanísticas ocorre em 1987, período em que o maranhense José Sarney ocupava a Presidência da República. Nessa etapa houve a retomada do aporte de novos recursos financeiros no intuito de se restaurar em sua totalidade a Praia Grande.

Esse período representou uma retomada dos investimentos no bairro da Praia Grande, que foi inteiramente recuperado. Foram beneficiados 10,7 km<sup>2</sup> de área urbana (tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional), abrangendo 15 quadras e 200 edificações (ANDRÉS, 1998, p. 88).

Durante esse período de retomada das obras urbanísticas, o Estado era governado por Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, que atrelou a marca de seu governo a esse novo momento de investimentos, ao modificar o nome do Projeto de Revitalização e Preservação

---

<sup>5</sup> Ainda em 1986, foi instituída uma Comissão do Patrimônio Histórico de São Luís, composta por órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio a nível federal, municipal e municipal. Referida comissão tem a atribuição de analisar as políticas públicas para o Centro Histórico.



do Centro Histórico. As intervenções urbanísticas efetuadas passaram a ter como epíteto o nome de Projeto Reviver.

As obras dessa etapa também se concentraram na Praia Grande, mas houve ações fora do perímetro de tombamento federal, mas que estavam protegidas pelo tombamento estadual feito em 1986. Entre 1987 e 1988, o projeto ainda tinha o nome de PPRCH, em 1989 o mesmo passou a se denominar de Projeto Reviver.

Pode-se destacar que durante essa etapa de obras, procedera-se à recuperação da infra-estrutura urbana da área, com obras de saneamento básico, reforma de praças e jardins, alargamento de calçadas, no intuito de se resgatar o aspecto urbano através de documentação fotográfica do século XIX<sup>6</sup>.

Esse período representou uma retomada dos investimentos no bairro da Praia Grande, que foi inteiramente recuperado. Foram beneficiados 10,7 Km<sup>2</sup> de área urbana (tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional), abrangendo 15 quadras e 200 edificações com as seguintes intervenções:

Recuperação integral da infra-estrutura urbana com a renovação das redes de água, esgoto e drenagem. Estas obras ensejaram o descobrimento das galerias subterrâneas com mais de 200 anos de existência.

Construção das novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia, que permitiram a retirada definitiva dos pesados postes de concreto, transformadores e do emaranhado de cabos que agrediam a harmonia do conjunto. Instalação de nova iluminação pública utilizando postes de ferro fundido, arandelas e lâmpadas.

Construção de praças, jardins e alargamento das calçadas de cantaria, voltando às dimensões originais conforme a documentação fotográfica do final do século XIX.

Restauração de becos e escadarias e pavimentação das ruas com paralelepípedos, que permitiram a reconstituição de detalhes construtivos do pavimento original [...] (ANDRÉS, 1998, p. 88).

A grande envergadura dos investimentos feitos no período contribui para uma melhora substancial do aspecto físico do conjunto arquitetônico e do espaço urbano onde o mesmo está situado.

#### **4. NA TRILHA DA INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**

No advento dos anos 90 desenvolve-se a quarta etapa de obras que vai de 1990 até 1994. Nesse período estava à frente do Governo do Estado Edson Lobão. Nessa etapa foi

---

<sup>6</sup> Houve ainda, a criação de vias exclusivas para pedestres e estacionamentos periféricos, instalação de um sistema de hidrantes e a restauração do Convento das Mercês, da Fábrica Cântamo e de galpões antigos que foram transformados em um centro cultural (ANDRÉS, 1998, p. 88-90).



dado continuidade ao Programa de Obras<sup>7</sup>, implantando o Projeto Piloto de Habitação, com a restauração de um sobrado do Centro Histórico para utilização por antigos moradores da Praia Grande, enquanto que no térreo foram instaladas lojas, para manter o uso misto residência/comércio. O projeto tinha por meta manter e atrair a fixação de pessoas residentes no Centro Histórico.

A quinta etapa, iniciada em 1995, estando à frente do Governo do Estado Roseana Sarney, deu seqüência às intervenções anteriores em curso.

[...] a governador Roseana Sarney reconhecendo a amplitude e integridade do Centro Histórico de São Luís, decidiu promover novos e significativos investimentos com recursos próprios do Estado nos bairro situados na zona tombada estadual (fora da jurisdição direta do IPHAN), em particular no renomado bairro da Madre Deus, celeiro de muitas das mais populares manifestações artísticas e folclóricas do Maranhão (ANDRÉS, 1998, p. 94).

Essa fase de obras urbanísticas teve como ápice a propositura da inclusão da cidade de São Luís na Lista do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, com apresentação do Dossiê.

O documento é extremamente técnico, apresenta a cronologia das tratativas para a inclusão do Centro Histórico na listagem da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – tendo como marco a data de 23 de maio de 1996, data em que a então governadora Roseana Sarney envia ofício ao Diretor Geral da UNESCO, Dr. Frederico Mayor, apresentando oficialmente o pleito de inclusão do Centro Histórico da cidade lusitana na lista do Patrimônio Mundial, acompanhado de relatório e dossiê fotográfico. Além disso, apresenta a delimitação do núcleo principal do acervo em questão, sua localização, os domínios jurídicos da área, sua caracterização (delimitação, topografia, conjunto arquitetônico, suas edificações), o histórico da cidade, sob a ótica do historiador Mário Meireles, o estado de preservação e conservação, bem como a origem e as políticas de preservação empreendidas na região (AIRES, 2007, p. 153).

A continuidade das ações de revitalização associada à decisão de se apresentar a cidade como aspirante ao título de Patrimônio da Humanidade, ladrilhou o caminho para a inscrição do centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Nesse momento, as diversas intervenções urbanísticas feitas para a revitalização do Centro Histórico de São Luís, começaram a despertar o interesse de organismos de financiamento, possibilitando novas intervenções para a preservação do conjunto arquitetônico e sua utilização como fonte de renda através do turismo.

Todo o esforço despendido no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís teve o seu coroamento em dezembro de 1997, quando a Governadora

---

<sup>7</sup> Desta etapa, pode ser destacada ainda, a restauração do Teatro Arthur Azevedo (segundo mais antigo do Brasil) e da Fábrica Rio Anil, construção exemplar da arquitetura industrial do século XIX, que passou a ser utilizada como um centro de ensino (ANDRÉS, 1998).



do Estado, o Prefeito da cidade de São Luís (Jackson Lago) e os demais membros da comitiva oficial que representavam a cidade no evento tiveram a honra de receber para o Centro Histórico de São Luís o título de Patrimônio Mundial, durante a 21ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial.

Com a concessão do título em 1997 pela UNESCO, foram iniciadas no ano subsequente mais obras, em especial, no perímetro do espaço urbano reconhecido pela UNESCO, possibilitando uma ampla recuperação da infra-estrutura urbana de uma área com 60 hectares.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário se destacar que apesar das diversas intervenções urbanísticas para a revitalização do centro histórico, feitas por mais de duas décadas e da intensa divulgação sobre a inserção do centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, ao se percorrer as ruas do centro histórico é comum se deparar com diversos imóveis em situação de arruamento e abandono.

Se o processo de revitalização não foi capaz de por fim ao arruamento dos bens patrimoniais, os diversos tombamentos e as intervenções urbanísticas feitas a partir da década de 1980 foram responsáveis por forjar um ambiente naturalizado para o patrimônio na cidade.

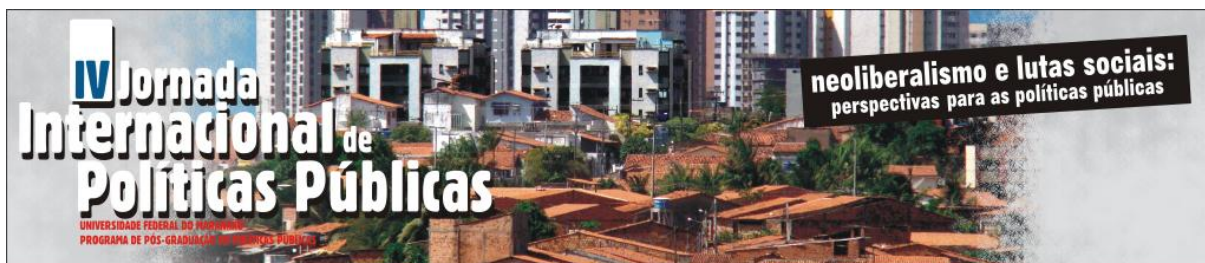
Há uma premente necessidade de tentar não somente a preservação e conservação do conjunto arquitetônico, mas que o mesmo seja integrado sócio-economicamente a cidade. Além de servir como um pólo de atração de turismo é indispensável que programas como o de habitação ganhem um novo impulso para dinamizar e trazer vida ao referido espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

AIRES, Elaine. **Interesses políticos nas cenas do patrimônio histórico cultural: o caso de São Luís, "Patrimônio da Humanidade"**. Outros Tempos, São Luís, Vol. 01, esp., p. 146-166, 2007.

ANDRÊS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. (Coord.). **Centro Histórico de São Luís-MA. Patrimônio mundial**. São Paulo: Audichomo, 1998.





ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão**: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

GISIGER, John Ulric. **Renovação urbana da Praia Grande**. São Luís: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Maranhão, 1978.

SOUZA, Sanadja de Medeiros. **Rua do Giz, uma análise das transformações dos edifícios e seus efeitos na conservação urbana**. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2002.

SILVA, João Ricardo Costa. **A Construção do Patrimônio**: a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SILVA, Ronald Almeida. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. 2. ed. São Luís, 1997.